

Sessão 2  
Ensino, concepções e  
práticas educativas



## **A concepção de formação continuada dos professores da educação infantil em Catalão – GO: uma análise a partir da teoria histórico-cultural**

Adriana S. Damião<sup>1</sup>

Janaína Cassiano Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo geral analisar como os professores da Educação Infantil de Catalão/GO pensam a formação continuada. Temos uma hipótese que pauta esse estudo, de que a formação continuada dos professores da Educação Infantil, especificamente os de creche, não é vista como primordial para as políticas públicas municipais. Fato este que se relaciona com uma visão nacional acerca do trabalho desenvolvido com esta faixa etária, que ainda está pautada no cuidado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que busca as contribuições para a Educação, da Teoria Histórico-Cultural. Os sujeitos são nove professoras efetivas, pedagogas. O instrumento utilizado para a coleta de dados, foi a entrevista semiestruturada e análise segue os pressupostos contidos na Teoria Histórico-Cultural. Os resultados encontrados dizem respeito a forma como as professoras percebem o seu papel e a concepção que tem sobre formação continuada. O recorte histórico é o período de 2005 a 2015.

**Palavras-chave:** Educação infantil; Formação Continuada; Teoria Histórico-Cultural.

### **Introdução**

A Educação Infantil está presente na legislação brasileira como um direito da criança pequena e de suas famílias, conquistado com a promulgação da Constitui-

---

1 Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação. Contato: adriana6catalao@gmail.com

2 Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, docente no IBiotec e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Contato: janacassianos@gmail.com

ção Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Essa conquista refletiu naquele momento, que a criança pequena e sua educação, estavam se destacando na agenda da política brasileira, apresentando à sociedade a necessidade de uma nova perspectiva de infância, que iria além do cuidar, superando assim aquela conotação de atendimento assistencial, comum até então. A partir daí, muitos olhares, de estudiosos e pesquisadores, se voltam para esse importante momento da Educação Básica, com a finalidade de conhecer e buscar efetivar o que a legislação prevê para essa faixa etária das crianças de zero a cinco anos de idade.

Como resultado de uma demanda por um atendimento que contemple essa nova visão da Educação Infantil, que era reflexo também de uma luta social das mães trabalhadoras e educadores, nas décadas de 80 e 90, buscando a oferta de uma educação de qualidade à criança pequena e um direito social, foi promulgada a Lei nº 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em seu artigo 29, estabelece:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da Educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, p. 25).

Portanto, para que a Educação Infantil pensada e apresentada em forma de lei, possa encontrar uma legitimidade, faz-se necessário repensar a formação docente e o modo como esta formação vai colaborar para que haja um pleno desenvolvimento das potencialidades infantis, através de uma aprendizagem que tenha significado para a criança pequena. Nesse sentido, o papel do professor é relevante e encontra-se numa posição de destaque, efetivando numa ação conjunta, o que está estabelecido na legislação. Qualificar esse profissional na área da Educação, reconhecendo a complexidade de crianças pequenas em ambientes coletivos é um grande desafio, que em parte ainda não foi superado.

Compreendemos que a formação inicial, adquirida nos cursos de licenciatura plena, é a base que dá sustentação ao trabalho docente e que precisa estar atrelada a uma formação contínua, cujo conceito nos remete a vários estudos, onde identificamos não haver um consenso quanto a essa definição, mas se mostra indispensável para que o professor da Educação Infantil possa se apropriar dos conhecimentos científicos, para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com essa faixa etária.

Esse estudo trata de analisar a concepção de formação continuada dos professores da Educação Infantil, que estão atuando nos agrupamentos de berçário e maternal da Rede Municipal de Ensino de Catalão. O referencial que sustenta teoricamente o trabalho, parte do enfoque da Teoria Histórico-Cultural e seus co-

laboradores, pois acreditamos que esses pressupostos nos permitem compreender como o professor vai se constituindo como profissional.

Assim, tomamos como problema da pesquisa, a investigação de qual é a concepção de formação continuada dos professores da Educação Infantil em Catalão – GO?

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar o que os professores da educação infantil pensam sobre a formação continuada na Rede Municipal de Ensino de Catalão. A partir desse objetivo geral, buscamos ainda investigar como os professores da creche vivenciaram o processo de formação continuada nos últimos dez anos e compreender quais são os desafios enfrentados por eles quanto à efetivação de uma proposta de formação continuada e o que tem sido feito para superá-los.

Em conformidade com os objetivos apontados, trabalhamos com a hipótese de que a formação continuada dos professores da Educação Infantil, especificamente os de creche, não é vista como primordial pelas políticas públicas municipais. Fato este que se relaciona com uma visão nacional acerca do trabalho pedagógico desenvolvido com essa faixa etária, que ainda está pautada no cuidado, apesar das discussões acerca da articulação entre o cuidado e ensino já se inserirem no campo acadêmico já há algumas décadas. O trabalho do professor desenvolvido na creche é permeado pelas atividades de rotina, tais como banho, troca de fraldas, alimentação e sono. Deste modo, a formação continuada ainda não é compreendida pelas políticas públicas, como necessária para a melhoria do ensino aprendizagem da criança pequena e uma forma de assegurar um ensino de melhor qualidade aos educandos. Ressaltamos que a formação continuada não descarta a necessidade de uma boa formação inicial, mas para aqueles profissionais que já estão atuando, há pouco ou muito tempo, ela se faz relevante, uma vez que o avanço dos conhecimentos, tecnologias e as novas exigências do meio social e político impõem ao profissional, à escola e às instituições formadoras, a continuidade, o aperfeiçoamento da formação inicial.

A Teoria Histórico-Cultural é um estudo da psicologia soviética, cuja referência principal é a obra de Lev Seminovitch Vigotski. (1896-1934). Esta teoria nos permite uma melhor compreensão a respeito do processo educativo em sua complexidade, reservando à Educação e ao ensino um papel relevante no processo de humanização. Retiramos dessa teoria contribuições no sentido de promover uma reflexão pedagógica, acerca da concepção de formação continuada dos professores da educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Catalão – GO.

Escolhemos a Teoria Histórico-Cultural para a fundamentação teórica da pesquisa, porque entendemos que os estudos de Vigotski e seus colaboradores, permitem uma compreensão diferente acerca do ser humano e a forma como este se apropria de conhecimentos que são imprescindíveis para sua constituição

humana, concebendo o desenvolvimento humano como decorrente das apropriações e objetivações realizadas pelo sujeito. O professor tem um papel relevante, nesta perspectiva, enquanto um agente ativo no processo ensino-aprendizagem.

Vigotsky, segundo Freitas (2000), concebe o homem como um ser histórico e produto de um conjunto de relações sociais. Duarte (2004) contribui no sentido que diz que o indivíduo se faz humano, apropriando-se da humanidade produzida historicamente. Podemos dizer assim do papel do trabalho educativo, que tem como finalidade transmitir o conhecimento socialmente existente, bem como valorizar a transmissão da experiência num processo histórico-social. Aprendemos a ser humanos por intermédio das relações que estabelecemos com os outros, especialmente na medida em que nos apropriamos dos objetos da cultura e de toda riqueza material e intelectual construída historicamente.

Podemos afirmar que a transmissão desse conhecimento produzido e acumulado historicamente, não se reporta a uma volta à escola tradicional, mas sim a transmissão de um novo conhecimento. Vigotski (1993, p. 244) em seus estudos, defendia que “o único bom ensino é aquele que transmite ao aluno aquilo que o aluno não pode descobrir por si só.” Valorizando assim, o caráter humanizador da educação.

Com Vigotski (2001) entendemos que o homem nasce com uma única aptidão que é capacidade de desenvolver novas aptidões, desenvolvendo assim sua inteligência e personalidade. As qualidades humanas são criadas pelo próprio homem ao longo da história da humanidade. A concepção de homem que emerge da obra de Vigotski, está liberto das amarras da hereditariedade, cuja aptidão humana seria a capacidade de formar novas aptidões e desenvolver sua inteligência e personalidade. As qualidades humanas são externas ao sujeito. São apreendidas. Apropriadas através das experiências sócio históricas da humanidade, de forma ativa num processo de apropriação da cultura socialmente produzida.

Leontiev dá sua colaboração ao afirmar que:

Cada indivíduo aprende a ser homem. O que a natureza lhe dá quando nasce, não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir O que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana. (LEONTIEV, 1978, p. 267).

Sabemos que a continuidade do desenvolvimento cultural da criança é a seguinte: “inicialmente, outras pessoas atuam sobre a criança, se produz então a interação da criança com seu entorno e, finalmente, é a própria criança quem atua sobre as demais estão somente ao final começa a atuar em relação consigo mesma.” Assim é como se desenvolve a linguagem, o pensamento e todos os demais processos superiores de conduta. (VIGOTSKI, 1995, p. 232)

O trabalho pedagógico na educação infantil deve, pois promover esse desenvolvimento garantindo assim, às crianças, a apropriação desse processo. Facci (2004) nos diz que é necessário criar nas crianças as funções psíquicas que ainda não estão formadas, por meio dos conteúdos do conhecimento. Torna-se imprescindível compreender a profissão docente numa tentativa de superar os mitos colocados sobre ela. Alessandra Arce (2001) traz uma imagem do professor de Educação Infantil, ao decorrer da história, como um personagem fortemente marcado por uma concepção de maternidade, educadora nata, rainha do lar, onde o seu papel educado está interligado ao ambiente doméstico, que é importante nos primeiros anos de vida:

O início da educação de todo indivíduo deveria, assim, ser uma extensão natural da maternidade. Cumpre, entretanto, destacar que esse mito da mulher mãe e educadora nata exerce seu maior poder orientador no período relativo aos anos iniciais da vida dos indivíduos, não sendo atribuída à mulher a responsabilidade sobre a educação em geral. (ARCE, 2010, p. 170)

Percebemos aqui o papel que a educação desempenha no processo de humanização do ser, não só da criança mas também do próprio professor, que além da formação inicial passa por um processo de formação continuada.

No próximo item deste artigo, apresentamos os estágios de realização da pesquisa, intitulada “ A concepção de formação continuada dos professores da educação infantil em Catalão/GO – Uma análise a partir da Teoria Histórico-Cultural”:

## **Desenvolvimento**

### **Etapas do desenvolvimento da pesquisa:**

1. Leitura do referencial teórico e dos documentos editados pelo Ministério da Educação para a etapa da Educação infantil, bem como pesquisas, teses e artigos que abordam a temática do estudo;
2. Visita aos espaços das creches visando conhecer a equipe gestora, os professores da educação infantil, os alunos e a estrutura das creches municipais;
3. Entrevistas com professores, usando um roteiro semiestruturado acerca da concepção de formação continuada que permeia o trabalho dos mesmos na educação infantil na Rede Municipal de Ensino de Catalão – GO;
4. Análise dos dados coletados.

## Metodologia/procedimentos utilizados

a trajetória metodológica percorrida para o desenvolvimento do estudo nos levou a definir um referencial teórico e os métodos de investigação com a finalidade de compreendermos como se realiza uma pesquisa em ambiente educacional.

Neste trabalho, nossas ações nos levam a uma aproximação com a realidade, de maneira consistente e consequente. Concordamos com Gatti (2007, p. 29) quando esta afirma que pesquisar “é avançar fronteiras, é transformar conhecimentos e não fabricar análises segundo determinados formatos.” A autora enfatiza que só existe pesquisa quando o pesquisador estiver consciente e atento aos modos específicos de se situar a pesquisa, ou seja ter clareza e domínio metodológico.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pautada nos referenciais da Teoria Histórico-Cultural. Nossa preocupação está direcionada aos aspectos da realidade educacional, que não podem ser quantificados, mas sim centrar nossa atenção e compreensão na dinâmica as relações sociais.

Dando prosseguimento ao estudo, fizemos um levantamento junto à Secretaria Municipal de Educação de Catalão – GO, com a finalidade de mapear as instituições de educação infantil que atendem às crianças de 0 a 3 anos e onze meses de idade, tomando conhecimento do ano de fundação de cada creche, bem como o número de agrupamentos e o número de professores de berçário e maternal, conforme apresentamos na Tabela 9.1.

**Tabela 9.1** Ano de fundação das creches da Rede Municipal de Ensino de Catalão – GO.

Creche	Fundação	Agrupamento			N° de professores
		Berçário	Maternal I	Maternal II	
A	1980	03	03	03	18
B	1991	02	02	02	12
C	1992	01	01	01	06
D	1995	02	02	03	14
E	1995	02	02	02	12
F	2003	03	03	03	18
G	2005	01	01	01	06
H	2008	01	01	01	06
I	2009	02	03	02	14

(continua)

**Tabela 9.1** Ano de fundação das creches da Rede Municipal de Ensino de Catalão – GO. (continuação)

Creche	Fundação	Agrupamento			Nº de professores
		Berçário	Maternal I	Maternal II	
J	2009	01	01	01	06
K	2011	02	02	02	12
L	2013	02	02	03	14
M	2013	02	02	02	12

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Catalão – GO, 2015. Dados organizados pela autora.

A partir desse levantamento, conseguimos enumerar que a Rede Municipal de Ensino de Catalão conta com 13 instituições de educação infantil, para o atendimento de 0 a 3 anos. Excluímos nessa tabela as creches conveniadas, por não terem professores efetivos, e sim de contratos. Sendo que desse total, possui 24 (vinte e quatro) agrupamentos de berçário, 25 (vinte e cinco) agrupamentos de Maternal I e 26 (vinte e quatro) agrupamentos de Maternal II, o que garantiu um atendimento às crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade, por 150 (cento e cinquenta) professores efetivos.

Utilizamos como critério de escolha das instituições, o ano de fundação. Optamos por escolher as duas creches mais antigas: uma fundada em 1980 e a outra em 1991, por entendermos que estas creches já superaram as dificuldades

anteriores à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, quanto à organização pedagógica dos agrupamentos, à infraestrutura e por conter apenas professores efetivos e mais experientes na Educação Infantil.

Após a definição dos locais da pesquisa e dos sujeitos que atendiam aos critérios pré definidos, solicitamos uma autorização prévia dos participantes, mediante assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nessa ocasião, também foram fornecidos esclarecimentos quanto ao estudo, seus objetivos, garantia de anonimato, informações sobre a entrevista, entre outros assuntos, pautados nos cuidados éticos preconizados pela Resolução nº 196 – 96, do Conselho nacional de Saúde. (BRASIL, 1996).

No próximo item, apresentamos parte da da discussão e dos resultados alcançados na pesquisa.

## Discussão e resultados

tomando a LDB Nº 9394/96 como referência, reconhecemos a necessidade de se refletir sobre a função e a formação do professor, para que estes possam

desenvolver práticas articuladas de cuidados e educação da criança pequena, bem como perceberem a sua identidade profissional, permitindo interações significativas e afetivas, possibilitando o desenvolvimento infantil (BRASIL, 1996). É importante que professores da creche compreendam a importância da formação continuada como um processo contínuo, integrada ao cotidiano pedagógico, não como uma necessidade, mas como um direito e premissa para uma Educação Infantil de qualidade.

Apresentamos a seguir, os resultados parciais da pesquisa. Iniciamos com o perfil dos sujeitos:

**Tabela 9.2** Dados pessoais dos sujeitos da pesquisa.

Nome	Agrupamento	Idade	Formação	Pós-Graduação	Anos de experiência
Adma	Maternal I	47	Pedagogia UEG	Psicopedagogia; Métodos e técnicas de ensaio.	13
Agnes	Maternal I e II	46	Pedagogia UEG	-	25
Alice	Berçário I	39	Pedagogia UEG	Educação infantil; Neuropedagogia.	21
Aline	Berçário I	62	Pedagogia CESUC	Educação Infantil; Psicopedagogia.	19
Amália	Berçário I e II	41	Pedagogia UNIUBE	Psicopedagogia.	10
Amanda	Maternal II	45	Pedagogia UFG	Educação infantil.	08
Andressa	Berçário II	48	Pedagogia UFG	Educação infantil; Gestão escolar.	05
Anita	Maternal II	39	Pedagogia UFG	Psicopedagogia; Educação infantil; Alfabetização.	06
Antônia	Maternal II	37	Letras e Pedagogia UEG	Métodos e técnicas	12

Fonte: Dados coletados nas entrevistas (2016) e organizados pelas autoras.

Identificamos na Tabela 9.2 que os participantes da pesquisa são nove professoras efetivas, do gênero feminino, pedagogas e pós-graduadas, com exceção de uma. Todas as professoras têm uma experiência na Educação Infantil municipal de no mínimo cinco anos. Ressaltamos que os nomes das professoras são fictí-

cios com a finalidade de preservar o anonimato dos sujeitos, conforme Resolução nº 196 – 96, do Conselho nacional de Saúde. (BRASIL, 1996).

Prosseguindo com o estudo, compartilharemos trechos das entrevistas semiestruturadas e apresentaremos uma breve análise, em conformidade com o referencial teórico.

A literatura existente sobre a formação do professor para atuar na educação infantil, indica que a instituição de ensino superior tem por objetivo formar o educador, com uma oferta dos requisitos básicos para o exercício da profissão, conforme a professora Andressa (49) bem exemplifica:

(...) a princípio, a formação inicial é o curso de Pedagogia. Mas depois tem vários trabalhos que podem tá complementando essa formação inicial. Como na Educação Infantil, (...) que exige muito conhecimento. E como a gente vai adquirir esse conhecimento? Através dos vários cursos, as pós, as palestras, os simpósios, e até estudos que a gente pode fazer por conta própria. (ANDRESSA, 49, Berçário II).

Entendemos que a Educação Infantil, pós Lei Nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), se articula com a valorização do papel do profissional que atua com a criança de zero a cinco anos de idade, com exigência que este, esteja no patamar de habilitação coerente com a responsabilidade do se espera dele. Sendo que, para atuar na Educação infantil, segundo o artigo 62 da LDB, deverá ser em “nível superior, admitindo-se como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”.

Temos uma compreensão que há tempos, a formação do professor é um dos grandes desafios da educação. A legislação nos aponta quanto à importância da formação docente como uma das premissas, para que a qualidade na educação Infantil, se efetive. Estudiosos da área enfatizam essa questão, no sentido de reconhecerem que um dos grandes desafios da Educação, são os cursos de formação, que possam preparar o profissional para a realização de uma prática pedagógica competente, bem como uma reflexão acerca da sua atuação. Fato este, que os professores apontam como necessário, conforme a fala da professora Agnes (46):

A formação continuada é muito importante, porque “tendo” a teoria, fica mais fácil de colocar em prática e cada é algo mais que você...cada criança tem sua individualidade, cada criança tem a sua capacidade. Esses cursos “dá” uma direção para se trabalhar com elas. ( AGNES, 46, Maternal II).

Arce (2010) se posiciona sobre como deveria ser a formação do professor, destacando que:

A formação do professor precisa contemplar as diversas áreas de conhecimento humano para que sua cultura seja vasta. Fornecendo-lhe assim elementos para que possa ensinar os alunos, possibilitando-lhes enxergar a humanidade, seus anseios e necessidades e não somente os seus próprios interesses imediatos” O conhecimento deve inquietar, ser uma vacina contra a apatia e o egoísmo. Ainda não possuímos melhor forma de fazer isso do que a leitura e o ensino. Eis o que a educação do professor deveria fazer. (ARCE, 2010, p. 59).

Saviani (2005) fala da necessidade que a formação de professores têm, no sentido de que além de uma cultura geral e da formação específica, o professor precisa ainda de uma preparação didática-pedagógica, com a qual estará de fato, apto para atuar na docência.

Para este estudioso, a formação de professores prevê além de conteúdos culturais e cognitivos, o conhecimento de fundamentos científicos e filosóficos que permitam ao professor a compreensão do desenvolvimento da humanidade e a partir daí, realiza um trabalho de formação das crianças a ele confiadas (SAVIANI, 2005, p. 13).

Segundo Kramer (2006), a formação continuada é um instrumento para melhorar o trabalho do professor, junto à criança pequena, mediante uma atualização e aprimoramento dos conhecimentos adquiridos através da formação inicial. Mas o que a autora percebe é que as resoluções e deliberações estaduais e municipais confrontam-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, gerando nos profissionais que trabalham em creches e pré-escolas incertezas quanto ao que lhes será exigido com relação à formação inicial e ao processo de formação continuada.

Na prática, observa-se a tentativa de conciliar, numa mesma situação, profissionais com níveis de escolaridade distintos. No caso das creches comunitárias, esta realidade se impõe: profissionais não habilitados dedicam-se ao atendimento de uma parcela significativa da população de 0 à 6 anos, tentando suprir a omissão e ineficiência do Poder Público, sem falar do expressivo contingente de creches e pré-escolas particulares que contrariam a legislação quanto às instalações adequadas e à formação dos profissionais. (KRAMER, 2006, P.85)

O aperfeiçoamento do professor e a valorização do profissional da educação, também está contemplado na letra da lei, ainda que em muitos lugares do Brasil, não recebe a devida atenção e cumprimento, através dos planos de carreira:

Art. 67 – Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico para este fim. (BRASIL, 1996, p. 21)

Na Rede Municipal de Ensino de Catalão, existe aprovado um Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério e da Educação Básica, Lei nº 2.872, de 18/11/2011 ( CATALÃO, 2011), que estabelece que não haja distinção salarial entre os professores da Educação Básica conforme sua titulação. Mas apesar do fato dos professores da Educação Infantil contarem com uma igualdade salarial, ainda assim há uma desvalorização quanto ao reconhecimento desses profissionais como professores educadores, no sentido de valorização do atendimento nas creches municipais, às crianças pequenas. Trazemos aqui duas falas, das professoras Antônia (39) e Amanda (45), que traduzem esse pensamento:

Bom, é...eu acho que o pior descaso que a gente tem é com a família, porque a família ela não dá apoio para nós, professores. A família acha que a gente tá aqui só pra cuidar, dar banho, escovar os dentes, vestir uma roupa, calçar um sapato ( nas crianças). Dar a educação que os pais não dão em casa, também está sendo legado para nós, professores.(ANTÔNIA, 37, Maternal II)

Assim, o maior desafio que eu acho é a falta de apoio da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SME). Falta muito apoio da Coordenação Pedagógica da SME. (AMANDA, 45, Maternal II)

Percebemos aqui, dois aspectos distintos de desvalorização, sentido pelos professores: um que diz respeito a essa visão dos pais acerca da estadia da criança na creche, como sendo um lugar onde deixar os filhos pequenos, cuidados, alimentados e protegidos, enquanto estão ausentes do lar, no período do trabalho. E outro com relação a uma visão própria dos gestores, que compreendem a Educação Infantil, em especial a creche menos importante que o Ensino Fundamental, já que este além de ser obrigatório, também é constantemente avaliado pelos índices de aprendizagem.

Com relação à formação continuada, no período compreendido entre 2005 a 2015, os professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Catalão, tiveram oportunidade de participar de eventos de formação continuada, configurados como palestras com autores renomados, Congressos de Educação, Simpósios ou as Semanas Pedagógicas, feitas geralmente no início do ano letivo, patrocinados pelo poder público. Na última gestão, 2013/2016, os professores

da Educação Infantil tiveram oportunidade de participarem de um evento intitulado de HTPC – Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação. Tal proposta de complementação da Hora Atividade, acontecia quinzenalmente, num espaço coletivo, onde os professores dos agrupamentos de Jardim I e Jardim II, que corresponde aos agrupamentos com a faixa etária de 4 e 5 anos puderam interagir com outros docentes e coordenadores pedagógicos, com a finalidade de realizar o planejamento das atividades pedagógicas, junto às crianças de tais agrupamentos. Essa experiência não inclui os professores da creche, apesar de ser um desejo das professoras, participarem de tais momentos:

A gente precisa muito da formação continuada, apesar que algumas professoras acham que não. Porque não podemos ficar paradas, temos que procurar outros métodos, tem que procurar o que não está dando certo. A Educação Infantil é o esteio, temos que começar desde o início, a cuidar direito da criança. (ADMA, 47, Maternal I)

Através da análise das falas das professoras nas entrevistas semiestruturadas, compreendemos que trabalho pedagógico na Educação Infantil deve, pois promover esse desenvolvimento garantindo assim, às crianças, a apropriação desse processo de aprendizagem. Em face a isso, podemos afirmar que quando o professor não consegue enxergar o sentido pessoal do seu trabalho, com o significado dado socialmente, pode-se considerar esse trabalho alienado e pode descaracterizar a prática escolar. É vital ao professor da educação infantil, conhecer qual é o seu papel, quem é o público, com o qual ele está lidando, e as especificidades da faixa etária.

## **Considerações finais**

A partir da realização da pesquisa, temos o intuito de agregar conhecimento ao que já foi produzido com relação à formação continuada dos professores da Educação Infantil. O nosso trabalho nos direciona para uma questão: junto com a pesquisa, estamos num movimento de aprendizagem e transformação constantes. É um processo de superação e qualificação. Um superação de idéias e práticas, que há muito tempo vêm permeando a nossa visão e o trabalho com a Educação Infantil.

Tomando o referencial da Teoria Histórico-Cultural, esperamos contribuir no sentido de que o professor da Educação Infantil, possa se compreender também como um sujeito de direitos, que possa se traduzir na efetivação de um atendimento de qualidade para as crianças das creches municipais, modificando o seu olhar sobre a infância, sobre o seu papel quanto a mediação do processo de humanização da criança pequena.

Identificamos nas entrevistas, com as nove pedagogas, uma vontade de fazer o certo, de crescer profissionalmente, de serem reconhecidas como profissionais e realizarem um trabalho de qualidade. Sendo assim, evidenciamos o papel da formação continuada no sentido, de se constituir num momento de reflexão e aprendizagem, para a efetivação de uma Educação Infantil que realmente atenda aos direitos da criança pequena.

## Referências

- ARCE, A. **Quem tem medo de ensinar na educação infantil? Em defesa do ato de ensinar.** Campinas: Alínea, 2010.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição 1988: Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Brasília, DF.
- \_\_\_\_\_. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília: 1996.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 0196/96, de 10 de outubro de 1996, Estabelece as normas para pesquisa com seres humanos. In: **Diário Oficial da União,** Brasília, 10 de outubro de 1996b.
- CATALÃO/GO. **Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica, da Rede Municipal de Ensino de Catalão.**
- DUARTE, Newton. **A Escola de Vigotski e a educação escolar: algumas hipóteses para uma leitura pedagógica da Psicologia Histórico – Cultural.** Psicologia USP, v. 07, n°12, 1996.
- \_\_\_\_\_. **N. Vigotski e o “aprender a aprender”:** críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2004.
- FACCI, M. G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiniana.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção formação de professores).
- FREITAS, M. T. de A. 2000. **As apropriações do pensamento de Vygotsky no Brasil: um tema em debate.** In: **Psicologia da Educação.** Revista do Programa de

Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.10/11: 9-28.

GATTI, B. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Líber Livros, 2005.

KRAMER, S. **Profissionais da educação infantil: gestão e formação**. São Paulo. Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. **S. Profissionais da educação infantil: gestão e formação**. São Paulo. Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil é fundamental**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, out. 2006.

LEONTIEV, A. N. Uma contribuição à teoria da psique infantil. In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do psiquismo**. Tradução de Manuel Dias Duarte. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

SAVIANI, D. **A Nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**, 9<sup>a</sup> ed. revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. **História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil**. In: LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs.). **História, educação e transformação**. Campinas, Autores Associados, 2011.

VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In:

\_\_\_\_\_.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ícone. 1988.

\_\_\_\_\_. **Obras Escogidas**, Vol. III. Madrid: Visor, 1995.

